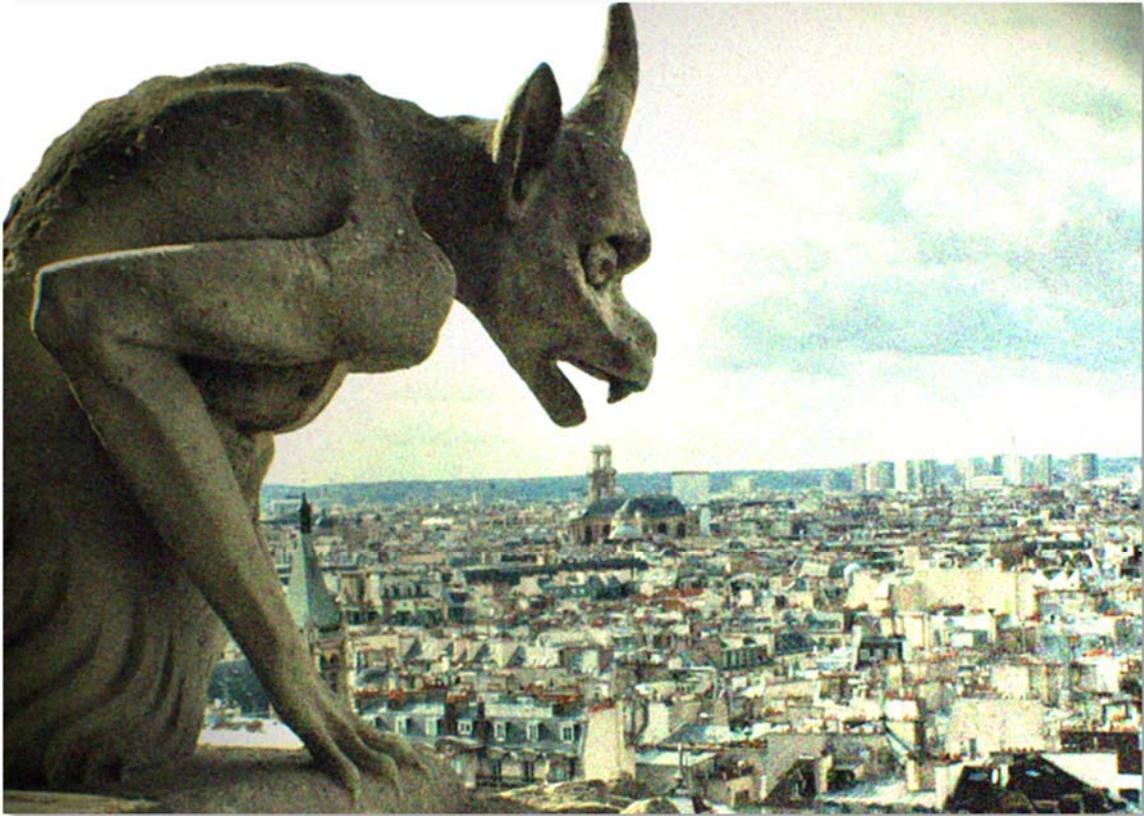


MAS



Aurea Mediocritas

Manuel Abranches de Soveral

O crescimento económico infinito é insustentável, desde logo porque o planeta é finito e frágil e finitos são os seus recursos. Contudo, a economia actual, seja a privada seja a estatal, está absolutamente dependente - no duplo sentido de viciada e estruturalmente organizada nesse sentido -, de um constante crescimento anual, mesmo num cenário de inflação negativa ou próxima do zero e de decréscimo populacional. E nada permite extrapolar o advento de uma economia extraplanetária.

Numa perspectiva histórica, a principal consequência a curto prazo desta pandemia de 2019/21 será seguramente a enorme recessão económica mundial que provocará, com quebras no crescimento que

no final podem atingir os 15%, se não mesmo os 20%. Não é portanto difícil prever que a azáfama, agora, será minimizar os prejuízos e relançar o crescimento económico o mais depressa e da forma mais vigorosa possível, sobretudo para absorver os enormes níveis de desemprego que a pandemia já provocou e ainda vai provocar.

Será contudo altura de parar para pensar. Parados já estamos; mas será de aproveitar a oportunidade para rever os objectivos da sociedade enquanto tal e analisar, em consequência, os métodos e meios que usamos para a construir.

Desde logo, temos de perceber o óbvio e não deixar que as nossas análises se iludam com idealismos balofos, *wishful thinking* e outras criancices birrentas e irrealistas que teimam em ter sempre o sol na eira e a chuva no nabal. Compreender, por exemplo, que o mundo está em estádios diversos de evolução e que as soluções não podem, por isso, ser universais, mas sim adequadas às circunstâncias objectivas de cada país ou conjunto de países. Por isso a globalização económica, que na verdade tem funcionado como uma nova forma de colonização, tem de acabar, pelo menos nos termos em que tem funcionado. A Europa, por exemplo, tem de aprender as lições que esta pandemia lhe deu. Entre elas, a imperiosa necessidade de se reindustrializar em larga escala, acabando com a dependência crítica de terceiros. O que, simultaneamente, permitirá absorver parte do desemprego. Felizmente, o último Conselho Europeu já introduziu este objectivo na política europeia e esperemos que não se fique apenas por alguns sectores mais estratégicos.

Temos também de perceber que em regimes políticos totalitários, como a China, nada mudará enquanto puderem crescer à custa do Ocidente. É por isso fundamental que os Estados democráticos, nomeadamente a Europa, onde vigoram apertadas regras de protecção social e laboral, não permitam o *dumping* que a importação da China efectivamente é, criando taxas que justamente o contrabalancem. Mesmo que isso

prejudique a exportação para lá, em retaliação, de algumas grandes empresas europeias.

É igualmente fundamental perceber, por muito que uma visão imediatista do problema possa concluir o contrário, que a migração para países ricos e desenvolvidos de milhões de pessoas vindas de países pobres ou em vias de desenvolvimento prejudica gravemente a criação das indispensáveis condições para que essas regiões atrasadas encontrem, à sua medida, soluções sustentáveis de progresso. Na verdade, por definição, esses migrantes são em geral constituídos pelas pessoas com mais iniciativa das comunidades donde provêm. Permitir que entrem na Europa, onde a maioria fica desperdiçada em guetos, desintegrada e factor dos mais diversos problemas, é retirar às suas comunidades de origem os elementos que, atingindo certa massa crítica, provocarão a diferença e despoletarão o desenvolvimento. A sangria dessas comunidades que a migração para a Europa objectivamente é, condena-as ao perpétuo subdesenvolvimento. É evidente que estes fenómenos são lentos e não se compadecem com a vertigem dos telejornais, dos políticos e das ONG. Mas são na verdade a única solução sustentável, quer para essas comunidades quer para a Europa, já corroída com graves distensões migratórias, que se agravarão depois da pandemia e do desemprego que provocou.

Dito isto, chegamos à questão central e de fundo, seguramente a de mais difícil solução: queremos na Europa o retorno da economia de consumo à *outrance*, desenfreado, do gastar e deitar fora, tudo organizado para que as pessoas comprem mais e mais, o que precisam e o que não precisam, os produtos feitos propositadamente para durarem pouco, tudo para que a economia possa ter o sacrossanto crescimento anual, sem o qual entra tudo em descalabro?

É a velha questão do Ser e do Ter. Na Europa, o nível de vida médio das pessoas é já altíssimo, no que respeita à posse e usufruto de bens materiais. Má será a qualidade de vida, destruída justamente pelas

consequências pessoais e sociais do esforço necessário para manter uma economia com aquelas características.

Uma das leis básicas da Economia é a chamada Lei do Menor Esforço. Quer isto dizer que a relação entre o proveito e o esforço para o conseguir mede sempre o seu sucesso. E que a procura de soluções que providenciem o mesmo proveito com menor esforço é o principal motor da economia desde a invenção da roda.

A complexidade das modernas relações económicas, a que o *Marketing* não é alheio, embruteceu no consumidor em geral o sentido desta salutar e sensata lei do menor esforço. Chegou o tempo de *cair na real*, como dizem os brasileiros, e recuperar a dimensão humana da sociedade, recentrando-a na felicidade das pessoas. Uma felicidade do Ser e não do Ter. As novas tecnologias podem ser entusiasmantes, e na verdade não sei o que faria, após mais de 40 anos de hábito, sem o meu computador e o recurso à Net... Mas será que devemos sacrificar tudo no altar tecnológico? Será que nos apercebemos que pagamos vantagens tecnológicas com perda de liberdade e qualidade de vida? Os jovens não têm essa experiência, mas os mais velhos certamente se lembram da liberdade que tinham antes dos telemóveis. Quantos não recordam com nostalgia os tempos em que os chefes ou subordinados, os clientes e em geral todos os impertinentes não tinham como os contactar sempre que estavam fora do trabalho ou fora de casa...

Esta questão do "progresso" (muito entre aspas) *versus* o seu custo na verdadeira felicidade e sanidade das pessoas e das sociedades há muito que ocupa o pensamento filosófico. Já na Grécia clássica, uma das mais esclarecidas matrizes pré-cristãs da civilização ocidental, floresceu o conceito que mais tarde Horácio chamou *Aurea Mediocritas*. Presente já na mitologia cretense de Ícaro e no Budismo, com algum paralelo no eremita cristão, este conceito expressa afinal a ideia de que a verdadeira felicidade só se atinge com a vida tranquila, eu diria ética, de quem se contenta com o necessário e não aspira a ter sempre mais. Sustentada

na doutrina aristotélica do meio-termo e do equilíbrio, entre os extremos do excesso e da deficiência, e paradigma da verdadeira beleza.

Sabe-se bem que as necessidades humanas são virtualmente inesgotáveis, pois tão-logo uma necessidade é satisfeita logo outra surge, urgente, para satisfazer. E assim sucessivamente, num processo esgotante, até à infelicidade final. O Povo tem para isto um aforismo: *riqueza não traz felicidade*. E, de facto, só a recusa e o desprendimento, aliados a uma visão ética da vida, podem fazer uma pessoa feliz.

As empresas em geral e o *Marketing* em particular sabem bem explorar a natureza infindável das necessidades humanas e nessa espiral construíram a economia moderna. Cabe às pessoas - que essa economia trata como meros consumidores alienados -, perceber que tipo de sociedade querem para si e o que realmente as pode fazer felizes.

Acresce a isto a insustentabilidade do modelo económico vigente, quer ambiental quer na gestão dos recursos. As revoluções, sobretudo a revolução das mentalidades, são sempre muito difíceis, pois a inércia não é só uma lei da Física mas também social. Acontece que as gravíssimas consequências desta pandemia podem justamente despertar as consciências e ser agora o momento azado para a mudança na Europa. Outros espaços poderão não estar ainda preparados para tanto, mas nós estamos.

Não será fácil, tanto mais que a tentação imediata será recuperar o crescimento e o emprego perdidos, quiçá com redobrada selvajaria. Mas a questão não está aí, ou seja, a revolução proposta não impede o crescimento necessário e muito menos o emprego. O que quer evitar é o crescimento desnecessário e o que isso implica na qualidade do emprego e portanto na qualidade de vida e felicidade das pessoas. Ao propor um consumo equilibrado e adequado às reais necessidades das pessoas e uma atitude mais responsável e sustentável por parte dos produtores, não acaba com a economia, apenas a humaniza, por assim

dizer. Sendo que a mudança, necessariamente gradual, tem sempre de começar por uma ideia entendida e assimilada por um número crescente de pessoas, até atingir a massa crítica suficiente para se transformar num projecto político. Implicando obviamente uma maior integração europeia, projecto que ou se transforma numa nação de nações ou morre. E o primeiro passo para que isso aconteça, como facilmente se percebe, é eminentemente político, no seu sentido mais autêntico: a substituição da burocrática Comissão Europeia por um presidente eleito por sufrágio universal de todos os europeus, que formará Executivo com voto maioritário do Parlamento Europeu. Sem isto, por muito que custe aos eurocépticos moderados, a UE colapsa mais cedo ou mais tarde. E a resposta que souber dar ou não dar às consequências desta pandemia será o seu próximo grande teste de resistência.

Como sempre aconteceu na História, a mudança foi feita por vanguardas, consubstanciadas em comunidades pioneiras. Hoje, qualquer mudança estrutural significativa enfrenta dois problemas maiores. Desde logo, a comunidade que a enceta precisa de ter escala suficiente, e daí a importância de uma União Europeia efectiva. O outro gravíssimo problema prende-se também com a globalização, que cria um contexto onde prevalece a ideia de que nada, sobretudo de natureza económica, pode ser feito isoladamente e tudo tem de ser concertado mundialmente, o que é irrealista e inexoravelmente conduz à paralisia. De facto, na actual globalização, sem medidas de alguma forma isolacionistas por parte da comunidade pioneira, certas políticas radicais de mudança não podem ser levadas a cabo, mesmo em espaços com massa crítica suficiente como é o caso da Europa.

A verdade, contudo, é que sem vanguardas que avancem para um futuro diferente, o mundo está condenado a estagnar para sempre no actual estágio de desenvolvimento, por muitas inovações tecnológicas que engendre. Ora, dados os problemas e a insustentabilidade do presente estado de coisas, estagnar só pode, mais tarde ou mais cedo,

conduzir ao descalabro. E as novas tecnologias, como meros instrumentos que são, não o evitarão; pelo contrário, provavelmente vão potenciar e agravar essa derrocada geral anunciada. A História está povoada de fins de impérios e civilizações. Mas a diversidade e o relativo isolamento mundiais iam sempre criando novos emergentes. Não é o caso de um mundo economicamente globalizado, que não permite verdadeiras alternativas no seu seio.

Porto, 1.5.2020

